



# ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL S.A. E CONTROLADAS

Em Recuperação Judicial  
CNPJ nº 07.699.082/0001-53

## Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras com o parecer dos auditores independentes, referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

### Balancos patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>ATIVOS</b>										
<b>ATIVOS CIRCULANTES</b>										
Caixa e equivalentes de caixa	3	60.425	80.330	67.605	88.250					
Contas a receber	4	5.951	11.979	13.593	9.980					
Estoques	5	7.045	9.880	7.045	9.880					
Tributos a recuperar	6	7.680	9.155	7.680	9.155					
Despesas antecipadas		138	477	138	477					
Adiantamento a fornecedores	8	7.111	2.474	7.111	2.474					
Outros créditos		12	22	12	22					
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>88.362</b>	<b>114.317</b>	<b>103.184</b>	<b>120.238</b>					
<b>ATIVOS NÃO CIRCULANTES</b>										
Aplicações financeiras restritas	7	5.333	5.107	5.333	5.107					
Tributos a recuperar	6	94.321	94.321	94.321	94.321					
Outros créditos	9	18.543	18.154	3.722	3.282					
Ativos mantidos para venda	10	278.597	3.316	278.597	3.316					
Investimentos em empresas controladas	12	972.141	874.409	-	-					
Imobilizado líquido	13	1.416.743	1.754.254	1.416.743	1.754.254					
Intangível líquido	14	1.124	1.931	1.124	1.931					
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>2.786.802</b>	<b>2.751.492</b>	<b>1.799.840</b>	<b>1.862.211</b>					
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<b>2.875.164</b>	<b>2.865.809</b>	<b>1.903.024</b>	<b>1.982.449</b>					
<b>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>										
<b>PASSIVOS CIRCULANTES</b>										
Fornecedores	16	11.454	13.403	28.186	105.182					
Obrigações trabalhistas e encargos a pagar	18	2.921	8.155	2.921	8.155					
Tributos a recolher		7.527	6.955	7.527	6.955					
Adiantamentos de clientes	4	1.070	2.294	1.070	2.294					
Outras contas a pagar		343	403	343	403					
<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>23.315</b>	<b>31.210</b>	<b>40.047</b>	<b>122.989</b>					
<b>PASSIVOS NÃO CIRCULANTES</b>										
Fornecedores	16	84.849	75.485	89.715	94.083					
Empréstimos e financiamentos	17	968.174	960.855	968.174	960.855					
Adiantamentos de clientes	4	993.738	993.738	-	-					
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	19	61.468	46.282	61.468	46.282					
Contas a pagar	20	204.096	179.767	204.096	179.767					
Partes relacionadas	15	328.837	190.196	328.837	190.196					
<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>2.641.162</b>	<b>2.446.323</b>	<b>1.652.290</b>	<b>1.471.184</b>					
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>										
Capital social	21	2.159.899	2.159.899	2.159.899	2.159.899					
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital		-	-	-	-					
Prejuízos acumulados		(2.056.750)	(1.879.161)	(2.056.750)	(1.879.161)					
Ajuste acumulado de conversão		107.538	107.538	107.538	107.538					
<b>Total dos passivos e patrimônio líquido</b>		<b>2.875.164</b>	<b>2.865.809</b>	<b>1.903.024</b>	<b>1.982.449</b>					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

### Demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita de reparo naval	4	106.071	65.401	106.071	65.401
Custo de reparo naval	23	(62.533)	(48.939)	(64.544)	(48.939)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>43.538</b>	<b>16.462</b>	<b>41.527</b>	<b>16.462</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>					
Despesas gerais e administrativas	23	(36.869)	(82.326)	(37.090)	(82.802)
Equivalência patrimonial	12	97.730	48.623	-	-
Depreciação e amortização		(44.548)	(43.018)	(44.548)	(43.018)
Outras receitas operacionais - líquidas		(40.261)	12.635	52.754	22.859
<b>Total</b>		<b>(23.947)</b>	<b>(64.086)</b>	<b>(28.884)</b>	<b>(102.961)</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>19.591</b>	<b>(47.624)</b>	<b>12.643</b>	<b>(86.499)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	24				
Receitas financeiras		12.165	46.672	12.194	91.781
Despesas financeiras		(209.136)	(27.649)	(209.137)	(27.656)
Variável cambial líquida		(208)	(4.739)	6.711	(10.966)
<b>Total</b>		<b>(197.179)</b>	<b>14.284</b>	<b>(190.232)</b>	<b>53.159</b>
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(177.588)</b>	<b>(33.340)</b>	<b>(177.589)</b>	<b>(33.340)</b>
<b>PREJUÍZO POR AÇÃO</b>	21	<b>(0,003)</b>	<b>(0,001)</b>	<b>(0,003)</b>	<b>(0,001)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

### Demonstrações dos resultados abrangentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(177.588)</b>	<b>(33.340)</b>	<b>(177.589)</b>	<b>(33.340)</b>
Outros resultados abrangentes:		-	-	-	-
Ajustes de conversão de investimentos no exterior		-	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>(177.588)</b>	<b>(33.340)</b>	<b>(177.589)</b>	<b>(33.340)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Outros resultados abrangentes	Total
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>		<b>2.159.899</b>	<b>(1.845.821)</b>	<b>107.538</b>	<b>421.616</b>		<b>421.616</b>
Prejuízo do exercício		-	(33.340)	-	(33.340)		(33.340)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>		<b>2.159.899</b>	<b>(1.879.161)</b>	<b>107.538</b>	<b>388.276</b>		<b>388.276</b>
Aumento de capital social		-	-	-	-		-
Prejuízo do exercício		-	(177.588)	-	(177.588)		(177.588)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	21	<b>2.159.899</b>	<b>(2.056.749)</b>	<b>107.538</b>	<b>210.688</b>		<b>210.688</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

### Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Prejuízo dos exercícios		(177.589)	(33.340)	(177.589)	(33.340)
<b>Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:</b>					
Juros ativos e passivos, líquidos		201.775	25.064	201.775	31.293
Resultado de equivalência patrimonial	12	(97.732)	(48.623)	-	-
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	19	15.186	(44.096)	15.186	(44.096)
Depreciação	13	43.946	47.888	43.946	47.888
Amortização	14	806	871	806	871
Constituição de provisão para perda com estoques		6.720	4.501	6.720	4.501
		<b>(6.888)</b>	<b>(47.734)</b>	<b>90.844</b>	<b>7.117</b>
<b>Redução (aumento) nas contas do ativo</b>					
Contas a receber		6.028	12.299	8.834	10.522
Adiantamento a fornecedores		(4.637)	(1.016)	(4.637)	(1.016)
Estoques		(3.885)	211	(3.885)	211
Tributos a recuperar		1.475	9.549	1.475	10.692
Despesas antecipadas		339	(344)	339	(344)
Outros créditos		(379)	46.333	(379)	13.058
<b>Aumento (redução) nas contas do passivo</b>					
Fornecedores		7.415	13.280	(93.863)	(49.048)
Obrigações trabalhistas e encargos a pagar		(5.234)	(2.477)	(5.234)	(2.477)
Tributos a recuperar		572	205	572	203
Adiantamentos de clientes		(1.224)	(3.985)	(1.224)	(12.582)
Obrigações com partes relacionadas		-	50.410	-	50.410
Outras contas a pagar		(60)	(61)	(60)	(61)
		<b>410</b>	<b>124.404</b>	<b>(98.062)</b>	<b>19.568</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>(6.478)</b>	<b>76.670</b>	<b>(7.218)</b>	<b>26.685</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>					
Resgate (aplicação em) de investimento temporário, líquido		-	(86)	-	(86)
Baixa de ativo Investimento		-	(1.545)	-	-
Baixa de ativo imobilizado		18.285	293	18.285	293
Aplicações financeiras		(226)	-	(226)	-
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		<b>18.059</b>	<b>(1.338)</b>	<b>18.059</b>	<b>207</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	17	(131.296)	(65.437)	(131.296)	(65.437)
Captações de financiamentos e empréstimos	17	-	-	-	-
Captação de parte relacionada		99.810	-	99.810	-
Amortização de financiamentos e empréstimos		-	-	-	-
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>(31.486)</b>	<b>(65.437)</b>	<b>(31.486)</b>	<b>(65.437)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(19.905)</b>	<b>9.895</b>	<b>(20.645)</b>	<b>(38.545)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	3	80.330	70.435	88.250	126.795
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos exercícios	3	60.425	80.330	67.605	88.250
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(19.905)</b>	<b>9.895</b>	<b>(20.645)</b>	<b>(38.545)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

### Notas explicativas às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores em milhares de Reais - R\$ exceto quando de outra forma indicado)

#### 1. Informações gerais

O Estaleiro Atlântico Sul S.A. - Em Recuperação Judicial, ("Companhia" ou "EAS") foi criado em 21 de novembro de 2005. Marco na revitalização da indústria naval brasileira, atua nas áreas de reengenharia, construção, montagem e serviços de assistência pós-vendas incluindo entre outros o fornecimento de peças sobressalentes, serviços de manutenção e reparos de navios, cascos e outros produtos da área naval. (\*) Possui capacidade tecnológica para produzir amplo portfólio de navios até 500 mil Toneladas de Porte Bruto (TPB). (\*) Do ponto de vista tecnológico a Companhia é o único estaleiro do país a figurar no time de plantas navais de 4ª geração a exemplo dos mais modernos estaleiros asiáticos considerados a vanguarda do setor. (\*) A Companhia tem equipamentos que estão entre os mais modernos do segmento a exemplo de dois pórticos do tipo Goliath. Cada um destes pórticos possui 100 metros de altura (o equivalente a um prédio de 33 andares), um vão (distância) entre as "pernas" de 164 metros e capacidade de içamento de 1.500 toneladas. Esses pórticos podem operar sincronizados e juntos conseguem movimentar carga de até 2.800 toneladas. (\*) A Companhia está localizada no Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros - SUAPE, no Município de Ipojuca, Estado de Pernambuco, o que lhe proporciona condições logísticas privilegiadas em relação ao chamado "Triângulo de Ouro" da indústria de petróleo e gás e a coloca no centro das principais rotas de navegação de cabotagem no Nordeste. (\*) Dispondo de uma área de 1.600.000m² e infraestrutura completa, com acesso direto ao mar tanto pelo lado sul como pelo lado leste o EAS se tornou o maior estaleiro do Hemisfério Sul e ampliou seu potencial para além da indústria naval desenvolvendo vocação também para implantação de projetos de infraestrutura. (\*) Ao se instalar no Nordeste o Estaleiro colaborou ativa e efetivamente para o desenvolvimento econômico e social da região, gerou milhares de empregos em municípios com baixos índices de empregabilidade tais como: Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes e atraiu uma poderosa cadeia de negócios formada por fornecedores nacionais e internacionais de bens e serviços que integram o setor. (\*) O EAS é o estaleiro que produziu o maior número de navios de grande porte no país, tendo concluído em junho de 2019 com sucesso uma carteira de encomendas que incluem 15 navios tanqueiros e 2 plataformas. (\*) Nos últimos 8 anos trabalhou com foco em melhorias e alcançou níveis recordes de produtividade o que repercutiu na entrega antecipada de embarcações com qualidade reconhecida pelo cliente e alçou o Estaleiro a níveis de eficiência comparáveis aos padrões internacionais. (\*) Ao longo de sua história e mesmo nos momentos de adversidade a Companhia sempre manteve o seu compromisso com seus clientes, acionistas, credores e colaboradores atuando de forma insubstituível na busca por níveis crescentes de produtividade através de uma adequada gestão de custo e com preocupação especial com a qualidade de seus produtos e segurança de seus empregados. (\*) Fiel aos seus valores sempre manteve um ambiente de trabalho que valorizasse o desenvolvimento de seus colaboradores assegurando oportunidades de crescimento profissional, melhoria da qualidade de vida e promoção de saúde. (\*) Não obstante seu histórico de superação a partir de 2015 em decorrência da crise na indústria de petróleo agravada por mudanças drásticas no ambiente regulatório com alteração das premissas e parâmetros que incentivavam a produção nacional de embarcações, o EAS sofreu o cancelamento de contratos e por consequência a redução de suas receitas com efeitos adversos em sua estrutura de capital. (\*) Em janeiro

>Continuação Notas explicativas às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores em milhares de Reais - R\$ exceto quando de outra forma indicado)

credores na data de pagamento, respeitado cronograma de amortização previsto no plano. O plano prevê ainda hipóteses de amortização extraordinária dos créditos, mediante: i) alienação de Unidades Produtivas Isoladas (UPI's); ii) distribuição mediante excedente de caixa; iii) janelas de oportunidade, por meio das quais é facultado aos Credores o recebimento antecipado dos créditos, mediante contrapartida à contribuição para a redução do endividamento da Companhia. As hipóteses de amortização extraordinária traduzem o compromisso da Companhia de antecipar o quanto possível o pagamento de seus credores. O EAS (Controladora) encerrou o ano com o saldo de caixa no montante de R\$ 60,4 milhões, maior do que havia projetado, em razão de uma redução de custos e de receitas acima do esperado. Com melhor geração e preservação de caixa no período, a Companhia solicitou aos credores um evento adicional de antecipação de distribuição de excedente de caixa (cash sweep) no montante de R\$ 29 milhões, sendo aprovado por unanimidade pelos credores habilitados. O pagamento foi efetuado em 3 datas (25/05/2022, 28/06/2022 e 21/11/2022), e distribuídos nos termos do PRJ, com prioridade para os credores que aderiram à janela de oportunidade e para os credores extra concursais. A seguir a posição dos credores do EAS em 31 de dezembro de 2022, conforme Plano de Recuperação Judicial.

RESUMO DOS CREDORES POR CLASSE	Saldo em 31/12/2022
CLASSE I	2.565
CLASSE II	1.093.204
CLASSE III	99.441
CLASSE IV	24.903
EXTRACONCURSAL	29.703
<b>TOTAL SEM PARTES RELACIONADAS</b>	<b>1.249.816</b>
CLASSE II (PARTE RELACIONADAS)	324.824
EXTRACONCURSAL (PARTE RELACIONADAS)	4.013
<b>TOTAL PARTES RELACIONADAS</b>	<b>328.837</b>
<b>TOTAL DOS CREDORES</b>	<b>1.578.653</b>

A Administração acredita na continuidade da Companhia por meio das medidas acima. **a) Investimento em sociedades: EAS International Inc ("EAS Inc.") – 100% de participação** - Constituída no Panamá em 21 de março de 2011 com capital social subscrito de R\$ 42.316 sendo R\$ 24.713 integralizado e R\$ 17.603 a integralizar, tem como principal objeto social a execução dos contratos de construção de plataformas de perfuração (Drill Ship). Em 31 de dezembro de 2022 a Controlada não possuía atividade operacional relevante sendo seus ativos líquidos constituídos por adiantamentos à Controladora (vide Nota Explicativa nº 4) e determinados passivos com fornecedores. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11 a Administração da Companhia definiu em 2018 pela alteração da moeda funcional do EAS INC Development de Dólares para Reais. A mudança foi motivada pelos seguintes aspectos conforme estabelecido no CPC 02 (R2) "Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis". A partir de janeiro de 2018 o EAS Inc. deixou de possuir estrutura operacional própria nem autonomia nas decisões devido a mudança no cenário operacional da Controlada. O principal ambiente econômico é atualmente determinado em Reais (R\$). **b) Impactos do COVID-19:** Ao final do exercício de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) reportou globalmente casos limitados de contaminação por vírus até então desconhecido. Posteriormente, em janeiro de 2020, o vírus (COVID-19) foi identificado e constatou-se ocorrência de transmissão entre humanos. Em meados de março de 2020, a OMS declarou alerta de pandemia do (novo corona vírus), afetando a rotina da população e da atividade econômica global. A partir do momento que a OMS declarou a pandemia, a Administração tem monitorado o avanço do COVID-19 e seu impacto nas operações da Companhia. Diversas ações de monitoramento são tomadas, entre elas destacamos a manutenção de um comitê formado pela alta liderança da Companhia para que as decisões estejam em linha com as recomendações do Ministério da Saúde, das autoridades locais e das entidades de classe. A Companhia vem adotando medidas para mitigar a transmissão do vírus tais como: aquisição de máscaras descartáveis para entrega a todos os funcionários e terceiros; aferição de temperatura de todos os funcionários e visitantes do EAS; contratação de funcionário para limpeza exclusiva das áreas comuns (banheiros, halls, corredores etc.); aferição de temperatura no momento de embarque nos ônibus fretados da empresa; realização de testes periódicos em funcionários da empresa; manutenção do rodízio dos funcionários do escritório; disponibilização de protetor facial para os funcionários e uso de álcool em todas as áreas comuns da empresa; treinamento/orientação do médico do trabalho para os colaboradores. Até o presente momento não houve impacto relevante que pudesse impactar as demonstrações contábeis, tampouco houve impacto nas estimativas contábeis da Companhia que justificasse alteração nos números relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A Companhia continuará com o monitoramento e avaliará os impactos e quando necessário fará as devidas divulgações.

**2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis adotadas**  
**2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.3. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Controladora e das Controladas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais (R\$) a moeda funcional da Companhia e de suas Controladas. **2.4. Transações e saldos em moeda estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Real – R\$) usando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. Os adiantamentos efetuados referem-se à compra de matéria prima, insumos, máquinas e equipamentos em andamento em moeda estrangeira e são convertidos para a moeda funcional da Companhia (Real – R\$) na data da transação, ou seja, na data que os adiantamentos foram efetuados. Este tratamento é dado pelo fato de os adiantamentos serem considerados pré-pagamentos que serão liquidados com a entrega de bens ou serviços e não são restituíveis. Quando da entrega do ativo para o qual o adiantamento foi efetuado a Companhia efetua o registro do imobilizado ou custo incorrido caso seja componente de produção contra a baixa do adiantamento correspondente. **2.5. Principais fontes de julgamento e estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais premissas relativas as fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço envolvendo risco significativo de causar um ajuste importante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir: **2.5.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. **2.5.2. Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação incluindo o método de Fluxo de Caixa Descontado (FCD). Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado quando possível, contudo, quando isso não for viável um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **2.5.3. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis:** A Companhia reconhece provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.6. Apuração dos resultados de reparo naval:** Com relação à operação de reparo naval, caso os custos incorridos sejam registrados em mais de um exercício, as receitas são reconhecidas proporcionalmente ao percentual de avanço físico do reparo. O resultado é mensurado na proporção que os custos do contrato são incorridos pelo trabalho executado até a data do balanço proporcionalmente ao custo total estimado. Caso os custos incorridos não reflitam o trabalho executado, eles só são utilizados para determinação da etapa da conclusão física da obra quando se referem a materiais feitos especificamente para um determinado contrato. A margem de lucro atribuída é calculada a partir do resultado da receita total contratada deduzido dos custos e despesas totais orçadas. Quando é provável que o total dos custos dos contratos exceda o total das receitas contratuais a perda prevista é reconhecida imediatamente no resultado. Caso a fase de execução física da obra seja superior ao que seria correspondente aos adiantamentos realizados pelos clientes, a rubrica contas a receber é apresentada no balanço patrimonial líquido dos respectivos adiantamentos. Caso seja inferior, é apresentado um passivo denominado de adiantamentos de clientes. **2.7. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros

são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia por parte das disposições contratuais dos instrumentos. **2.7.1. Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados da seguinte forma: **a) Custo Amortizado (CA):** Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao Custo Amortizado (CA): • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros, a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais do ativo financeiro geram em datas específicas fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. **b) Ativos financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensurados ao Custo Amortizado (CA) ou aos critérios de mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) são classificados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A Companhia não designou instrumentos da dívida ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). **2.7.2. Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros da Companhia são mensurados ao Custo Amortizado (CA) pelo método da taxa de juros efetiva. **2.8. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **2.9. Aplicações financeiras restritas:** Trata-se de aplicação financeira restrita a contratos de empréstimos junto ao Banco do Brasil e aplicações financeiras para garantia de execução fiscal por cobrança indevida de débitos fiscais. É mensurado pelo custo de aquisição acrescido por juros incorridos até a data das demonstrações contábeis consolidadas. **2.10. Contas a receber:** Estão representadas basicamente pela diferença entre as contas a receber reconhecidas proporcionalmente à etapa de conclusão física de cada projeto na data do balanço e os adiantamentos recebidos pelos clientes. Contas a receber de clientes está relacionado com a venda de sucata e revenda de material em estoque, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos até a data das demonstrações financeiras. Estes saldos se encontram reconhecidos pelo seu custo, que não divergem significativamente do valor de mercado. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa foram constituídas com base na avaliação global dos atrasos, levando-se em conta o conhecimento da Administração sobre o mercado de atuação da Companhia. **2.11. Despesas antecipadas:** Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis cuja amortização ocorre linearmente considerando os prazos contratuais. **2.12. Investimentos e base de consolidação:** Nas demonstrações contábeis individuais (controladora) a Companhia reconhece e demonstra o investimento em controladas através do método de equivalência patrimonial. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas. **2.13. Estoques:** Os estoques apresentam os materiais para construção de navios, para as atividades de reparo naval e para a manutenção do site do EAS e são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. A segregação é feita com base na data de entrega dos projetos. **2.14. Imobilizado líquido:** O ativo imobilizado está constituído ao custo de construção ou aquisição subtraído os valores de depreciação acumulada, calculada linearmente conforme as taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas dos itens do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os valores referentes à apuração da depreciação acumulada no exercício são apropriados como custos ou despesas ao resultado da Companhia, a depender da alocação e função do bem dentro das instalações da Companhia. Os terrenos não são depreciados, outros ativos são calculados usando método linear considerando os seus custos e valores residuais durante a vida útil estimada. A Administração da Companhia de acordo com o previsto no CPC 01 (R1) – "Redução ao Valor Recuperável dos Ativos" avalia a eventual necessidade de contabilização de provisão para "impairment" do ativo imobilizado considerando o valor de venda dos bens tomados em conjunto, líquidos de despesas de alienação denominados nas seguintes rubricas: terrenos, edificações e máquinas e equipamentos. A Administração considera como unidade geradora de caixa a sua planta industrial localizada em Suape/PE. **2.15. Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto, são capitalizados como parte do custo do ativo. Custos subsequentes em itens do imobilizado são capitalizados quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Não houve capitalização nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021. **2.16. Intangível:** O ativo intangível está constituído ao custo de aquisição subtraído os valores de amortização acumulada, calculada linearmente conforme as taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. Um item do intangível é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas dos itens do intangível, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os valores referentes à apuração da amortização acumulada no exercício são apropriados como custos ou despesas ao resultado da Companhia, a depender da alocação e função do bem dentro das instalações da Companhia. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização conforme o caso sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. **2.17. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais. **2.18. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquido dos custos de transação. Subsequentemente, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis), utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto, são capitalizados como parte do custo do ativo. Custos subsequentes em itens do imobilizado são capitalizados quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.19. Tributação:** **2.19.1. Imposto de renda, contribuição social correntes:** O imposto de renda e a contribuição social corrente do exercício, quando aplicável são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **2.19.2. Imposto de renda, contribuição social diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre o prejuízo fiscal acumulado baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são compensados

caso haja um direito legal de compensar passivos fiscais correntes, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por créditos fiscais dedutíveis e utilizados quando há uma expectativa provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. **2.20. Benefícios fiscais:** A Companhia é beneficiária dos seguintes programas fiscais: **2.20.1. PRODINPE - Programa de desenvolvimento da indústria naval e de mecânica pesada associada do Estado de Pernambuco:** Previsto na Lei nº 12.710/04 beneficia a Companhia com isenção, dispensa ou diferimento do ICMS nas aquisições de insumos para o processo produtivo e de reparo de embarcações, bens para o ativo imobilizado industrial, materiais para construção e seus respectivos fretes originários do próprio Estado de Pernambuco ou importados. **2.20.2. Drawback e aquisição de insumos nacionais:** Previsto na Portaria SECEX 23/2011 há o benefício da suspensão de todos os tributos federais (IPI/PIS/COFINS/II) na importação de insumos para o processo produtivo de acordo com o Ato Concessório aprovado antecipadamente. Há também a suspensão do IPI e PIS/COFINS na aquisição de insumos nacionais para industrialização e reparo de navios prevista na Lei nº 11.774/08 e para plataformas prevista na Lei nº 10.865/04 (Exportador Preponderante) e Decreto nº 7.212/10. **2.20.3. Instrução Normativa nº 513/2005 da SRF:** Regime aduaneiro especial de entreposto aduaneiro na aquisição de matérias-primas e insumos para plataformas destinadas à pesquisa e lavra de jazidas de petróleo e gás natural em construção ou conversão no país contratadas por empresas sediadas no exterior permite a aquisição no mercado interno ou externo com a suspensão de todos os tributos federais (IPI/PIS/COFINS/II) de acordo com o Ato Concessório aprovado antecipadamente pela Receita Federal. **2.20.4. Ex-tarifário:** Na importação de máquinas e equipamentos para o ativo imobilizado há a redução da alíquota do imposto de importação para 2% após a aprovação do ex-tarifário (Portaria ME nº 39 de 24/06/2019). **2.20.5. Receitas auferidas:** Nas receitas apuradas no reparo naval em embarcações registradas no REB e nas receitas apuradas na construção naval em embarcações pré-registradas no REB (Lei 9.432/97) não há incidência de PIS e COFINS em função de serem equiparadas à exportação. **2.20.6. Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra):** O Reintegra é um regime especial tributário que beneficia a pessoa jurídica produtora que efetue exportação de bens manufaturados possibilitando-lhe apurar valor para fins de ressarcir parcial ou integralmente em forma de compensação ou restituição em dinheiro o resíduo tributário federal existente na cadeia de produção. A nova normativa prevê que o benefício do Reintegra poderá ser entre 0,1% e 3% sobre a receita de exportação auferida. **2.21. Prejuízo por ação:** O prejuízo por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo do exercício atribuído aos detentores de ações da Controladora pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui operações com efeitos diluidores, e não houve para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021. **Mudança nas políticas contábeis:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022: **2.21. Alteração ao IAS 16/CPC 27 "Ativo Imobilizado":** a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. **Alteração ao IAS 37/CPC 25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes":** esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. **3. Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:** a) IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros. b) IFRS 1/CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia. **Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC): **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

**3. Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	348	458	7.528	458
Titulos de renda fixa (a)	60.078	79.872	60.078	87.792
<b>Saldo líquido</b>	<b>60.425</b>	<b>80.330</b>	<b>67.605</b>	<b>88.250</b>

(a) Refere-se a títulos de renda fixa cujas taxas de remuneração anual variaram de 60% a 102,90% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Essas aplicações têm compromisso de recompra e podem ser resgatadas a qualquer momento estando sujeitas a risco insignificante de mudança no valor.

**4. Contas a receber, adiantamentos de clientes, receitas e custos**

**4.1. Controladora e consolidado**

Projeto	31/12/2022				31/12/2021				
	Saldo de contas a receber	Saldo de adiantamentos de clientes	Receita do contrato reconhecida	Custos	Resultado bruto	Saldo de contas a receber	Saldo de adiantamentos de clientes	Receita do contrato reconhecida	Resultado bruto
Divisão Navios	-	-	-	-	-	3.508	-	-	-
Divisão Plataformas	3.990	993.738	-	-	-	-	993.738	-	-
Reparo Naval	-	776	106.071	(62.533)	43.538	2.790	1.122	65.401	(48.939)
Outros	1.961	294	-	-	-	5.682	1.172	-	-
<b>Total Controladora</b>	<b>5.951</b>	<b>994.808</b>	<b>106.071</b>	<b>(62.533)</b>	<b>43.538</b>	<b>11.979</b>	<b>996.032</b>	<b>65.401</b>	<b>(48.939)</b>
Divisão Plataformas	7.642	(993.738)	-	(2.011)	(2.011)	(1.999)	(993.738)	-	-
<b>Total Consolidado</b>	<b>13.593</b>	<b>1.070</b>	<b>106.071</b>	<b>(64.544)</b>	<b>41.527</b>	<b>9.980</b>	<b>2.294</b>	<b>65.401</b>	<b>(48.939)</b>

As contas a receber são reconhecidas com base no custo mais margem prevista nos contratos de venda acordados com os clientes. Quando há indicativo de deterioração de margem os cálculos da apuração do resultado naval são revisados e provisões para contratos onerosos são constituídas com base na estimativa de custos a incorrer até a entrega dos projetos.

Continua >

>Continuação Notas explicativas às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores em milhares de Reais - R\$ exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>5. Estoques</b>				
Matérias-primas	5.410	3.501	5.410	3.501
Materiais de manutenção	1.159	6.062	1.159	6.062
Materiais de consumo	476	317	476	317
	<b>7.045</b>	<b>9.880</b>	<b>7.045</b>	<b>9.880</b>

Os estoques de matérias-primas são compostos basicamente de equipamentos e materiais para a construção de navios, para serviços de reparo e para manutenção do site da Companhia.

**6. Impostos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>				
PIS a recuperar (a)	2.250	4.072	2.250	4.072
COFINS a recuperar (a)	1.304	2.614	1.304	2.614
IRRF aplicação financeira (b)	1.664	-	1.664	-
CSLL s/faturamento (c)	1.626	-	1.626	-
Outros	836	2.469	836	2.469
	<b>7.680</b>	<b>9.155</b>	<b>7.680</b>	<b>9.155</b>
<b>Não circulante</b>				
PIS a compensar (ativo imobilizado) (a)	5.048	5.048	5.048	5.048
COFINS a compensar (ativo imobilizado) (a)	35.296	35.296	35.296	35.296
Reintegra (d)	53.842	53.842	53.842	53.842
INSS s/faturamento	-	134	-	134
Outros	135	-	135	-
	<b>94.321</b>	<b>94.321</b>	<b>94.321</b>	<b>94.321</b>
	<b>102.001</b>	<b>103.476</b>	<b>102.001</b>	<b>103.476</b>

(a) De acordo com a legislação vigente, que dispõe sobre a não-cumulatividade do PIS e da COFINS, respectivamente, possibilitaram que as empresas obrigadas a calcular o valor das contribuições pelo regime não cumulativo, creditem-se quando de bens e serviços (insumos), energia elétrica, bem como creditem-se sobre as edificações e aquisições de máquinas incorporadas ao ativo imobilizado; (b) Referem-se aos valores de imposto de renda sobre as aplicações financeiras retidos pelas instituições financeiras; (c) A Companhia reconhece o crédito de CSLL na emissão da nota fiscal de serviço de reparo que será recolhido pelos clientes; (d) A Companhia atendeu aos requisitos para obter o ressarcimento do Reintegra relativo aos projetos relacionados à exportação representados pela construção dos cascos dos navios 001 (João Cândido), 002 (Zumbi dos Palmares), 005 (André Rebouças), 009 (Milton Santos), 010 (Abdias Nascimento), 011 (Castro Alves), 012 (Carlos Drummond), 013 (Olavo Bilac), 014 (Garrincha) e 015 (Portinari) que atingiram o índice de conteúdo nacional definidos no regime e finalizados dentro do prazo de vigência do benefício.

**7. Aplicações financeiras restritas**

	Controladora e consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Fundo Garantidor da Construção Naval (a)	61	30
Banco do Brasil - Garantia Contratual BB (b)	2.305	2.103
Banco Bradesco - Garantia Execução Fiscal (c)	2.967	2.974
	<b>5.333</b>	<b>5.107</b>

(a) Referem-se ao saldo das quotas do Fundo Garantidor da Construção Naval (FGCN); (b) Refere-se a cláusula contratual no período de amortização da dívida do financiamento contratado junto ao Banco do Brasil para construção das instalações da Companhia que corresponde no mínimo a 06 meses do serviço da dívida do contrato incluindo pagamento do principal e juros; (c) Refere-se à Carta de Fiança para garantia de execução por cobrança indevida de débitos de IRPJ, IRRF e CSRF, a fim de expedição da Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa.

**8. Adiantamento a fornecedores**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento a fornecedores estrangeiros	92	11	92	11
Adiantamento a fornecedores nacionais	7.019	2.463	7.019	2.463
	<b>7.111</b>	<b>2.474</b>	<b>7.111</b>	<b>2.474</b>

Os adiantamentos efetuados para fornecedores estrangeiros e nacionais são basicamente para aquisição e materiais para navios e para os serviços de reparo naval.

**9. Outros créditos (não circulante)**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos judiciais	3.394	3.282	3.394	1.739
EAS International (a)	14.821	14.871	-	-
AS Empreendimentos (b)	327	-	-	-
	<b>18.543</b>	<b>18.154</b>	<b>3.394</b>	<b>1.739</b>

a) Refere-se as partes relacionadas entre o EAS e o EAS Inc (vide Nota Explicativa nº 14). b) A Refere-se as partes relacionadas entre o EAS e o AS Empreendimentos (vide Nota Explicativa nº 10).

**10. Ativo mantido para venda**

Com a homologação do leilão referente a área UPI B, a Companhia constituiu uma nova empresa denominada Atlântico Sul Empreendimentos e Participações Ltda., (AS Empreendimentos) que absorveu todo o imobilizado que foi arrematado no leilão das áreas 1 e 2. A Companhia transferiu o seu imobilizado pelo valor residual para a nova empresa constituída através de uma alteração contratual de aumento de capital no montante de R\$ 278.597.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Terreno	23.028	-	23.028	-
Edificações	254.704	-	254.704	-
Máquinas e equipamentos	865	-	865	-
	<b>278.597</b>	<b>-</b>	<b>278.597</b>	<b>-</b>

Como parte do processo de reestruturação, o EAS alienou, por meio de processo competitivo ocorrido no âmbito do processo de recuperação judicial, uma de suas áreas não operacionais, na forma de unidade produtiva isolada, sinteticamente denominada "UPI-B Cais Sul". O imóvel foi alienado por R\$ 455.000 pela APM Terminals BV, que figurou no processo competitivo na condição de "stalking horse". O processo competitivo foi homologado Juízo da recuperação judicial em 17 de agosto de 2022 e atualmente a alienação aguarda o cumprimento de condições contratuais precedentes.

**11. Despesa com imposto de renda e contribuição social diferido**

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía prejuízo fiscal e base negativa de R\$ 4.232.552 (R\$ 3.588.119 em 31 de dezembro de 2021) controladora e consolidado para os quais não foi reconhecido saldo de imposto diferido ativo em função da falta de perspectiva de lucro tributável futuro.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(177.589)	(33.340)	(177.589)	(38.288)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(60.380)	(11.336)	(39.980)	(13.018)
<b>Ajustes ao prejuízo contábil que afetam o resultado do exercício</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	(33.228)	(16.532)	-	-
Adições	163.071	-	163.071	-
Exclusões	(288.570)	-	(288.570)	-
Créditos fiscais não constituídos	(219.107)	(27.867)	(165.479)	(13.018)
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**12. Investimentos em empresas controladas**

Controlada	País	Atividade	Situação	Quotas detidas (em milhares)		Participação no capital votante	
				31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
EAS Inc.	Ilhas Virgens Britânicas	Compras internacionais	Operacional	3.000	100%	100%	

As informações financeiras resumidas a respeito da Controlada estão descritas abaixo. Na data de 30 de novembro de 2021 as Recuperandas reuniram-se a fim de deliberar sobre a incorporação da Consunav Rio Consultoria e Engenharia S.A. ao Estaleiro Atlântico Sul S.A., conforme disposto na cláusula 8.3 do PRJ aprovado. Conforme laudo realizado, foi incorporado ao PL do EAS o patrimônio líquido negativo de R\$1.546.

**Informações das investidas**

	Participação	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) do exercício	Saldo do investimento	Equivalência patrimonial
<b>31 de dezembro de 2022</b>							
EAS Inc	100%	1.012.263	40.121	972.141	97.730	972.141	97.730
						<b>972.141</b>	<b>97.730</b>
<b>31 de dezembro de 2021</b>							
Consunav	100%	-	-	-	(1.191)	-	(1.191)
EAS Inc	100%	1.015.811	141.400	874.411	49.813	874.409	49.813
						<b>874.409</b>	<b>48.623</b>

A movimentação dos investimentos em controladas nas demonstrações contábeis individuais é como segue:

	Investimento	
	31/12/2022	31/12/2021
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>824.242</b>	-
Resultado de equivalência patrimonial	48.623	-
Baixa por Incorporação da Consunav	1.546	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>874.410</b>	-
Resultado de equivalência patrimonial	97.730	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>972.141</b>	-

**13. Imobilizado**

	Taxas médias anuais de depreciação	Controladora e consolidado			
		31/12/2022		31/12/2021	
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	-	38.735	-	38.735	61.763
Edificações	1,0% a 2,00%	1.569.503	(287.186)	1.282.317	1.558.928
Benfeitorias	4%	1.124	(538)	586	621
Máquinas e equipamentos	2,5% a 10%	523.644	(250.283)	273.361	294.141
Móveis e utensílios	10%	9.096	(8.800)	296	568
Ferramentas	20%	32.532	(32.008)	523	1.067
Instalações	10%	61.764	(57.124)	4.640	6.070
Veículos	20%	3.560	(3.558)	2	4
Equipamentos de informática	20%	14.965	(14.681)	284	462
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	-	13.183
Obras em andamento	-	-	-	-	1.447
Provisão para valor recuperável de ativos (impairment)	-	(184.000)	-	(184.000)	(184.000)
<b>Total controladora e consolidado</b>		<b>2.070.921</b>	<b>(654.178)</b>	<b>1.416.743</b>	<b>1.754.254</b>

A Administração da Companhia de acordo com o previsto no CPC 01 (R1) – "Redução ao Valor Recuperável dos Ativos" contratou a empresa especializada, a qual procedeu avaliação dos principais ativos operacionais da Companhia considerando o valor dos bens tomados em

conjunto, líquidos de despesas de alienação denominados nas seguintes rubricas: terrenos, edificações e máquinas e equipamentos. Conforme acima, com base na avaliação da empresa especializada Mynarski International Valuation com laudo de avaliação emitido em 09 de janeiro de 2023, foi realizado teste de impairment considerando o valor de liquidação do ativo então estimado em R\$ 1.430.079 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.754.254 em 31 de dezembro de 2021). O teste de impairment identificou a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável do seu ativo imobilizado no montante de R\$ 184.000 em 31 de dezembro de 2021 e o teste realizado em 31 de dezembro de 2022 manteve os valores a qual foi registrada no resultado do exercício em rubrica específica em 31 de dezembro de 2019. Note-se que a Administração considera como unidade geradora de caixa a sua planta industrial localizada em Suape/PE. Não houve mudança no agregado de ativos utilizados para identificar a unidade geradora de caixa em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A movimentação do ativo imobilizado está demonstrada a seguir: Em virtude dos contratos de financiamentos realizados, quase a totalidade dos bens do ativo imobilizado estão dados em garantia dos referidos empréstimos.

	Saldos em 31/12/2020		Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2021		Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2022
	31/12/2020	31/12/2021			31/12/2021	31/12/2022				
<b>Custo</b>										
Terrenos	61.763	-	-	-	61.763	-	(23.028)	-	-	38.735
Edificações	1.876.392	-	-	-	1.876.392	-	(307.626)	737	-	1.569.503
Benfeitorias	1.124	-	-	-	1.124	-	-	-	-	1.124
Máquinas e equipamentos	530.022	-	(3.028)	-	526.994	-	(3.351)	-	-	523.643
Móveis e utensílios	9.268	-	-	-	9.268	-	(173)	-	-	9.095
Ferramentas	32.532	-	-	-	32.532	-	-	-	-	32.532
Instalações	63.639	-	-	-	63.639	-	(1.876)	-	-	61.763
Veículos	11.591	-	(7.874)	-	3.717	-	(157)	-	-	3.560
Equipamentos de informática	15.306	-	-	-	15.306	-	(341)	-	-	14.965
Adiantamento a fornecedores	13.183	-	-	-	13.183	-	(13.183)	-	-	-
Obras em andamento	1.448	-	-	-	1.448	-	(711)	(737)	-	-
	<b>2.616.268</b>	<b>-</b>	<b>(10.903)</b>	<b>-</b>	<b>2.605.365</b>	<b>-</b>	<b>(350.446)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.254.920</b>
<b>Depreciação</b>										
Edificações	(293.137)	(24.325)	-	-	(317.462)	(22.647)	52.923	-	-	(287.186)
Benfeitorias	(467)	(35)	-	-	(501)	(37)	-	-	-	(538)
Máquinas e equipamentos	(215.667)	(19.921)	2.735	-	(232.853)	(18.844)	1.415	-	-	(250.282)
Móveis e utensílios	(8.273)	(426)	-	-	(8.699)	(272)	172	-	-	(8.799)
Ferramentas	(30.900)	(566)	-	-	(31.466)	(543)	-	-	-	(32.009)
Instalações	(55.138)	(2.432)	-	-	(57.570)	(1.427)	1.873	-	-	(57.124)
Veículos	(11.586)	(3)	7.874	-	(3.714)	(1)	157	-	-	(3.558)
Equipamentos de informática	(14.665)	(181)	-	-	(14.847)	(175)	341	-	-	(14.681)
	<b>(629.833)</b>	<b>(47.888)</b>	<b>10.609</b>	<b>-</b>	<b>(667.111)</b>	<b>(43.946)</b>	<b>56.881</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(654.177)</b>
	<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>Saldos em 31/12/2022</b>						
Provisão para valor recuperável de ativos (impairment)	(184.000)	-	-	-	(184.000)	-	-	-	-	(184.000)
<b>Saldos líquidos - Controladora</b>	<b>1.802.435</b>	<b>(47.888)</b>	<b>(293)</b>	<b>1.754.254</b>	<b>(43.946)</b>	<b>(293.565)</b>	<b>1.416.743</b>	<b>(293.565)</b>	<b>1.416.743</b>	<b>1.416.743</b>
<b>Saldos líquidos - Consolidado</b>	<b>1.802.435</b>	<b>(47.888)</b>	<b>(293)</b>	<b>1.754.254</b>	<b>(43.946)</b>	<b>(293.565)</b>	<b>1.416.743</b>	<b>(293.565)</b>	<b>1.416.743</b>	<b>1.416.743</b>

**14. Intangível**

	Taxas anuais de amortização		Controladora e consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Software	20%	1.115	-	1.832
Outros	4%	9	-	10
Intangível em				

>Continuação Notas explicativas às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores em milhares de Reais - R\$ exceto quando de outra forma indicado)

De acordo com o PRJ aprovado, os processos trabalhistas devem ser desidratados e seus valores reduzidos conforme premissa estabelecida no Plano.

**19.2. Possíveis:** A perda possível refere-se principalmente à ação ordinária de cobrança com indenização por danos morais, materiais e lucros cessantes movida por ex-prestadores de serviços sob a suposta alegação de não cumprimento contratual com fornecedor. A perda possível tributária refere-se principalmente a questionamentos relacionados CPRB e glosa de créditos de PIS e COFINS tomados pela Companhia em exercícios anteriores. A Companhia possui processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários ou por responsabilidade subsidiária que versam sobre o pagamento de direitos trabalhistas (verbas rescisórias, horas extras, adicionais, dentre outras). O valor total dos processos cíveis, tributários e trabalhistas refere-se ao montante de R\$ 260.778 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 274.344 em 31 de dezembro 2021) cuja probabilidade de perda é considerada possível pela Administração da Companhia com base na opinião de seus assessores jurídicos para os quais não houve constituição de provisão para riscos de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes". Os valores acima mencionados não consideram as reduções porventura aplicáveis nos termos do PRJ. No dia 08 de fevereiro de 2023 o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, nos Recursos Extraordinários 955.227 (Tema 885) e 949.297 (Tema 881) sobre a possibilidade de se desconstituir a coisa julgada em relações jurídicas de trato sucessivo em matéria tributária. Após a análise pelos respectivos Escritórios Jurídicos dos processos tributários em que a Companhia é ou foi parte, tanto no polo ativo quanto passivo, não foi identificada qualquer situação que possa ser afetada pela referida decisão.

**20. Contas a pagar**  
A Companhia assinou em 27 de junho de 2016 o Instrumento Particular de Transação Extra Judicial referente aos contratos celebrados entre o Estaleiro e Petrobras Transporte S.A. (Transpetro) e concordaram em encerrar a relação contratual no que se refere à construção dos Navios DP ("dynamic Position") e o Estaleiro concordou em ressarcir a Transpetro em referência aos valores pagos a título de adiantamento no montante de R\$ 133.723. Condições de pagamentos previsto no PRJ, vide Nota Explicativa 1.

Passivo circulante	31/12/2022	31/12/2021
Passivo não circulante	204.096	179.767
	<b>204.096</b>	<b>179.767</b>

As parcelas do principal vencíveis em longo prazo estão demonstradas a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Controladora e consolidado</b>		
2025		2.619
2026		2.876
2027 em diante		198.601
		<b>204.096</b>

**21. Patrimônio líquido**  
**a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 2.159.899 dividido em 59.801.706.116 (59.801.706.116 ações em 2021) ações ordinárias nominativas sem valor nominal assim distribuídas:

Acionistas	31/12/2022		31/12/2021	
	Ações	%	Ações	%
Construções e Comércio Camargo				
Correia S.A.	4.840.190	0,01%	4.840.190	0,01%
Construtora Queiroz Galvão S.A.	5.053.949	0,01%	5.053.949	0,01%
Camargo Corrêa Naval Participações S.A.	29.896.012.868	49,99%	29.896.012.868	49,99%
Queiroz Galvão Naval S.A.	29.895.799.108	49,99%	29.895.799.108	49,99%
Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A.	1	0,00%	1	0,00%
	<b>59.801.706.116</b>	<b>100,00%</b>	<b>59.801.706.116</b>	<b>100,00%</b>

**b) Direito e características das ações:** Cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais. As ações são indivisíveis perante a Companhia a qual somente reconhecerá um único proprietário para cada ação. Os titulares das ações receberão relativamente aos resultados do exercício social em que tiverem integralizada as ações emitidas em aumento de capital, dividendos proporcionais ao tempo da data da integralização e o término do exercício social em relação ao qual foi deliberada a distribuição de dividendos.  
**c) Resultado por ação:** O resultado por ação é calculado pela relação entre o resultado do exercício e a quantidade de ações ordinárias da Companhia conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício	(177.588)	(33.340)
Quantidade de ações	59,8 milhões	59,8 milhões
Prejuízo por ação - em Reais (R\$)	(0,0030)	(0,0006)

**22. Receita de serviços de reparo naval**  
A receita de reparo naval está apresentada na Nota Explicativa nº 4. Visto que a Companhia não possui incentivos fiscais municipais sobre o faturamento foi deduzido o valor de R\$ 5.666 referente ao ISS (Imposto sobre Serviços).

**23. Custos e despesas por natureza**

Natureza	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Matérias-primas e materiais de consumo utilizados	(9.127)	(15.615)	(11.138)	(15.615)
Equivalência patrimonial	97.730	48.623	-	-
Salários e encargos	(78.857)	(32.646)	(78.857)	(32.646)
Serviços e consultorias	(23.597)	(35.245)	(23.819)	(35.245)
Depreciação e amortização	(44.548)	(48.684)	(44.548)	(48.684)
Manutenção	(9.955)	(259)	(9.955)	(259)
Seguros e fianças	(1.830)	(613)	(1.830)	(613)
Aluguéis	(3.369)	(2.982)	(3.369)	(2.982)
Energia e água	(5.020)	(4.200)	(5.020)	(4.200)
Outras despesas operacionais líquidas	(40.261)	12.635	52.754	22.859
Outros	(32.353)	(34.039)	(32.353)	(34.515)
	<b>(86.480)</b>	<b>(113.025)</b>	<b>(93.428)</b>	<b>(151.899)</b>
Custo da construção e/ou reparo naval	(65.433)	(48.939)	(64.544)	(48.939)
Despesas Operacionais	(23.947)	(64.086)	(28.884)	(102.960)
	<b>(86.480)</b>	<b>(113.025)</b>	<b>(93.428)</b>	<b>(151.899)</b>

**24. Resultado financeiro**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimento com aplicações financeiras	8.100	14.322	8.128	59.431
Outras	4.065	32.350	4.065	32.350
	<b>12.165</b>	<b>46.672</b>	<b>12.193</b>	<b>91.781</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre empréstimos	(143.644)	1.002	(143.644)	1.002
Outras	(65.492)	(28.651)	(65.492)	(28.658)
	<b>(209.136)</b>	<b>(27.649)</b>	<b>(209.136)</b>	<b>(27.656)</b>
<b>Variação cambial - líquida</b>				
Variação cambial ativa	64	1.475	30.459	27.211
Variação cambial passiva	(272)	(6.213)	(23.747)	(38.178)
	<b>(208)</b>	<b>(4.738)</b>	<b>6.711</b>	<b>(10.967)</b>
	<b>(197.179)</b>	<b>14.284</b>	<b>(190.232)</b>	<b>53.158</b>

**25. Instrumentos financeiros**  
**25.1. Considerações gerais e políticas:** A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle definidos pela Companhia. A aderência das posições

de tesouraria em instrumentos financeiros quanto às políticas supracitadas é apresentada e avaliada pela Companhia e posteriormente submetida à apreciação do Conselho de Administração. A gestão de riscos é realizada pela Tesouraria da Companhia. **25.2. Estrutura do gerenciamento de risco:** Os principais passivos financeiros da Companhia se referem a empréstimos e contas a pagar a fornecedores. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui contas a receber de clientes e outras contas a receber além dos depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. As principais atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados em que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e sua disposição para risco. A política de gestão de riscos impede a Companhia de participar de quaisquer operações com derivativos para fins especulativos. **25.3. Índice de alavancagem controladora:** O índice de alavancagem é definido como a relação entre as dívidas (empréstimos e financiamentos), líquidas dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e o patrimônio líquido da Companhia conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	Controladora
	31/12/2022	31/12/2021
Total dos empréstimos, financiamentos	968.174	960.855
(-) Saldos de caixa e equivalentes de caixa	(60.425)	(80.330)
(-) Aplicações financeiras restritas	(5.333)	(5.107)
<b>Dívida líquida</b>	<b>902.415</b>	<b>875.418</b>
Patrimônio Líquido	210.687	388.276
Índice de alavancagem	4,28	2,25

Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são: **25.4. Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem:

Ativos indexados ao CDI	Em 31/12/2022		Provável		Possível		Remoto		
	Risco	Taxa a.a.	Saldos	Taxa a.a. (a)	Ganho (Perda)	Taxa a.a.	Perda	Taxa a.a.	Perda
Aplicações financeiras, líquidas de contas garantidas	Baixa do CDI	13,65%	60.425	10,70%	(1.780)	8,03%	(3.397)	5,35%	(5.014)
<b>Passivos indexados ao CDI</b>									
Empréstimos e financiamentos	Baixa da CDI	13,65%	(968.174)	12,25%	13.554	(b)	(b)	(b)	(b)
					<b>11.774</b>				

(a) Cenário previsto foi considerando a taxa de CDI = 12,25% a.a. conforme relatório FOCUS (mediana 06 de janeiro de 2023). Para as aplicações financeiras foi considerada média de aplicação a 87,38% do CDI; (b) A Administração da Companhia entende que não é razoável um aumento de 25% ou 50% na taxa CDI. Desta maneira não foram efetuadas análise para os cenários "possível" e "remoto".

**25.7. Risco de câmbio:** O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido as variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (neste caso devido a alguns custos serem denominados em uma moeda diferente da sua moeda funcional). **25.8. Contas a receber:** O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada estando sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia. A Companhia não tem histórico de perdas devido principalmente só possui cliente de grande porte. **25.9. Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro:** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido. **25.10. Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. **25.11. Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao Custo Amortizado (CA):** Dada a natureza dos instrumentos financeiros mantidos pela Companhia os seus valores justos aproximam-se dos saldos contábeis em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. Os instrumentos financeiros são todos mensurados a Custo Amortizado (CA).

**26. Seguros e fianças bancárias (não auditado)**  
A Companhia contratou fianças bancárias para assegurar o cumprimento das obrigações relacionadas ao Financiamento do BNDES, FINEP, Juízo Vara Federal de PE e Energia Elétrica. As fianças totalizam R\$ 15.012 (R\$ 15.012 em 2021) composto por: R\$ 10.157 para a Finep, R\$ 4.855 para o Juízo Vara Federal de PE. (\*) A Companhia também possui contratado seguro de Riscos Operacionais, e Responsabilidade Civil e Seguro Reparador Naval no montante de R\$ 671.025 (R\$ 717.636 em 2021) seguros com coberturas para o Cais, Prédios, Dique Seco, Maquinário, Móveis, Equipamentos, Veículos, Lucros Cessantes e Responsabilidade Civil junto a terceiros. (\*) A Administração da Companhia entende que os valores cobertos pelas apólices contratadas em 2022 são considerados suficientes para a cobertura de eventuais sinistros. (\*) As premissas de riscos adotadas dada a sua natureza não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. (\*) - (\*) Informações e dados não sujeitas aos exames do auditor independente.

**27. Encerramento dos contratos com a Sete Internacional GMBH e seus reflexos na Companhia**  
Em 4 de março de 2015 a subsidiária da Companhia, EAS International Inc. notificou a Sete Brasil e suas Afiliadas ("SETE") quanto ao encerramento dos contratos de construção de 7 plataformas de perfuração ("Drill Ship") ("Contratos EPC"), tendo em vista a inadiplência da SETE quanto ao pagamento dos valores devidos ao EAS Inc. nos termos dos referidos Contratos EPC após decorrido o correspondente período de cura. Tal notificação seguiu uma sequência de notificações anteriores em que o EAS Inc. cobrou a SETE a respeito dos valores em atraso e requisitou evidências quanto à sua capacidade de retomar os pagamentos suspendendo outrossim os Contratos EPC e consequentemente os contratos com seus fornecedores. Neste sentido, em 20 de fevereiro de 2015, o EAS Inc. já havia enviado notificação a SETE encerrando os Contratos EPC em função da falha da SETE em prover o EAS Inc. com tais evidências. Em 23 de março de 2015 a Companhia e o EAS Inc. celebraram um contrato de Stand Still com a SETE iniciando negociações visando à solução das disputas relativas ao término dos Contratos EPC, no entanto, o Stand Still foi encerrado pelo EAS Inc.. A decisão da Companhia de encerrar os Contratos de EPC com a SETE levou em consideração sólidos fundamentos legais, bem como os aspectos financeiros e operacionais do contrato. O objetivo principal desta decisão foi evitar ainda maiores prejuízos à Companhia, seus parceiros e colaboradores permitindo à Companhia que ajustasse sua estrutura considerando o novo fluxo de caixa, então impactado negativamente pelo não pagamento dos valores devidos pela SETE a partir de novembro de 2014. Ademais, importa ressaltar que o término dos Contratos EPC não impacta os demais projetos da Companhia. Os contratos EPC representavam R\$ 11.537.698, sendo que desse total R\$ 5.237.291 já foram reconhecidos como receitas até 31 de dezembro de 2015. Nossas demonstrações contábeis dessa forma incluem todos os ajustes relacionados ao término do contrato refletindo todos os efeitos decorrentes dos termos contratuais com clientes e renegociação com fornecedores e prestadores de serviços não gerando um efeito líquido operacional, sendo seus efeitos reconhecidos nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015. Em relação aos débitos remanescentes com seus fornecedores a Companhia efetuou o reconhecimento de suas obrigações em seu balanço patrimonial, no entanto, a Companhia segue com as negociações com esses fornecedores, a fim que seja possível alcançar uma saída amigável para os valores cobrados. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o balanço patrimonial do EAS Inc. apresentava os seguintes saldos, sendo operações intercompany eliminadas:

	2022	2021
<b>Passivo</b>		
Fornecedores	19.261	141.400

Tanielle Cavalcanti Silva Poças - Diretora Helano M. M. Rago - Contador - CRC RJ 098.407/S-4

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Diretores e Conselheiros do Estaleiro Atlântico Sul S.A. - Em Recuperação Judicial e Controladas - Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Estaleiro Atlântico Sul S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia" ou "EAS") identificadas como controladora e consolidado que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada do Estaleiro Atlântico Sul S.A. - em recuperação judicial em 31 de dezembro de 2022 o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir intitulada: "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada a a continuidade operacional** - Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.2. às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a qual comenta sobre o plano de recuperação judicial da Companhia aprovado em Assembleia Geral de Credores cujo valor corresponde a R\$ 1.249.816 mil, acrescido da dívida com partes relacionadas de R\$ 328.837 mil totalizando o montante aproximado de R\$ 1.578.653 mil. O plano de recuperação judicial proposto está lastreado na diversificação de suas atividades (novos negócios) e prevê as seguintes principais atividades: a) a construção naval e outras estruturas metálicas; b) a manutenção de embarcações e c) a alienação de ativos. A continuidade operacional da Companhia e de sua controlada está atrelada ao êxito na implementação da recuperação judicial. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes** - As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram examinadas por outro auditor independente

que emitiu relatório em 22 de março de 2022 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando divulgando quando aplicável os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua Controlada ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua Controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente, se causada por fraude ou erro planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro já que a fraude pode envolver o ato

empréstimos a pagar e instrumentos financeiros derivativos. As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021. As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida e a proporção de instrumentos financeiros em moedas estrangeiras são todos valores constantes e com base nas operações com instrumentos financeiros derivativos no exercício. **25.5. Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros decorre de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos financeiros emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia e a sua controlada ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros. Os instrumentos financeiros emitidos às taxas pré-fixadas expõem a Companhia e a sua controlada ao risco de valor justo associado à taxa de juros. O risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos emitidos a taxas pós-fixadas. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos são corrigidos pelo CDI conforme contratos firmados com as instituições financeiras e por meio de negociações de valores mobiliários com investidores desse mercado. A Administração da Companhia entende que com a inflação em níveis maiores do que o esperado, a taxa de juros ficará em 13,75% por um período mais longo do que o previsto. A Selic deverá permanecer no nível atual pela maior parte de 2023, caindo apenas na segunda metade do ano. Segundo informações dos relatórios econômicos das principais instituições bancárias, a projeção é que os juros terminarão o ano de 2023 em 12,50%. Dessa forma, a Companhia não tem contratado derivativos para proteger esse risco. **25.6. Sensibilidade à taxa de juros:** A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis). Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando o saldo aplicado em 31 de dezembro de 2022 a Companhia oferece o cenário provável a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2022 conforme relatório FOCUS. Os cenários possível e remoto consideram uma variação de 25% e 50% respectivamente nos índices aplicáveis.

**28. Serviços prestados pelo auditor independente**

Registre-se que a Administração nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2022 e 2021 não contratou a prestação de serviços da RSM Brasil Auditoria e Consultoria Ltda. relacionados a esta Companhia que não os serviços de auditoria. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais ou promover os interesses deste.

**29. Aprovação das demonstrações contábeis**  
A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 21 de março de 2023 nas quais consideramos os eventos subsequentes ocorridos até esta data que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações contábeis, quando requeridos.

**30. Eventos subsequentes**  
No dia 8/2/2023, o Plenário do Supremo Tribunal Federal ("STF"), ao concluir o julgamento dos Temas 885 (Recurso Extraordinário nº 955.227) e 881 (Recurso Extraordinário nº 949.297), flexibilizou os efeitos da coisa julgada em matéria tributária, sem aplicar a modulação dos efeitos para o futuro ("efeitos prospectivos"). Embora ainda não publicada, a recente decisão envolvendo a cessação da eficácia de coisa julgada em caráter individual em matéria tributária, diante de uma posterior alteração na jurisprudência da Corte Constitucional, em resumo, fixou que: a) decisões proferidas em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral interrompem, automaticamente, os efeitos temporais das decisões contrárias transitadas em julgado (proferidas em controle difuso) nas relações de trato continuado, sendo prescindível o ajuizamento de ação rescisória, respeitados os princípios da irretroatividade, da anterioridade anual e da noventena ou a da anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo; b) decisões proferidas pelo STF em controle incidental de constitucionalidade, anteriores à instituição do regime de repercussão geral, não impactam automaticamente a coisa julgada que se tenha formado, mesmo nas relações jurídicas tributárias de trato sucessivo; c) na hipótese examinada no caso concreto, envolvendo a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), revertu-se a coisa julgada, ao argumento de que ela seria "válida enquanto permanecerem as mesmas condições fáticas e jurídicas", o que não seria o caso, visto que desde 2007, a cobrança da CSLL foi considerada constitucional pelo STF. Dito de outra forma, se um contribuinte está autorizado por decisão judicial individual definitiva a não pagar determinado tributo de trato sucessivo, deverá passar a recolhê-lo em caso de superveniência de entendimento contrário no STF, seja proferido em sede de controle concentrado (ADI, ADC, ADPF) ou em repercussão geral, a partir da decisão proferida, devendo ser observada a irretroatividade, a anterioridade anual e/ou nonagesimal, a depender do tributo que estiver em discussão. Como não houve modulação prospectiva dos efeitos da aludida decisão, há quem entenda que a União, em tese, poderia cobrar o que deixou de ser pago pelos contribuintes, antes dispensados por decisão judicial, nos últimos 5 (cinco) anos. Importante pontuar que este tipo de cobrança retroativa parece conflitar com o entendimento exposto nas minutas de votos dos Ministros Relatores dos Recursos julgados (disponibilizados no site do STF), no sentido de que o tributo seria devido a partir da data do julgamento, observada a irretroatividade e a anterioridade (anual e/ou nonagesimal). Dessa forma também para avaliação desse aspecto entendemos ser necessário aguardar a publicação do acórdão do julgamento para confirmar essa interpretação preliminar. Até o momento da publicação destas demonstrações financeiras, verificamos que empresas que possuíam decisões judiciais favoráveis acerca dos temas listados abaixo, estariam expostas: • CSLL na exportação (Tema 8); • COFINS sobre prestação de serviço legalmente regulamentado (Tema 71); • CSLL (Temas 881 e 885); • IPI Revenda de produtos importados (Tema 906); • Contribuição previdenciária sobre 1/3 de férias (Tema 985); • PIS/COFINS sobre taxas de cartão de crédito; • ICMS/ISS na base de cálculo da CPRB; • Adicional de 10% sobre a multa do FGTS; • ISS sobre contratos de franquia; • ICMS x ISS sobre softwares; • Exclusão do ICMS na base do PIS e COFINS para ações ajuizadas após março/2017. Neste contexto, a Comissão de Valores Imobiliários ("CVM"), órgão que fiscaliza o gerenciamento e mercado de capitais (Companhias Abertas), emitiu, em 13/02/2023 (cinco dias após a sessão de julgamento do STF), o ofício circular SNC/SDE 01/2023, por meio do qual fixou orientações quanto aos aspectos a serem observados nas demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2022, com relação à decisão do STF. • Considerando que o entendimento do STF se aplica a todas as decisões individuais definitivas sobre relações jurídicas tributárias de trato sucessivo que tiveram seus resultados revertidos pela Corte Constitucional; • Considerando que o acórdão do julgamento ainda não foi publicado até o momento; • Considerando ainda que não houve trânsito em julgado dos "leading cases" julgados pelo Plenário do STF em 8/2/2023 (RE 955.227 e 949.297); • Considerando os dados coletados na base processual da Companhia; • Considerando, por fim, as informações prestadas pelos setores fiscal, jurídico e administrativo pessoal da Companhia. A Companhiaapura os tributos de trato continuado incidentes sobre as operações, exclusivamente com base na legislação tributária vigente, sendo certo que não se utiliza de decisão judicial individual transitada em julgado para deixar de recolher tributos, nem mesmo para recolhê-los a menor. Por todas as razões acima expostas, não vislumbramos, até o momento, qualquer impacto decorrente da decisão do STF, acerca da flexibilização da coisa julgada em matéria tributária, sobre as demonstrações contábeis da Companhia para o exercício de 2022 ou mesmo para os anos anteriores.

São Paulo, 21 de março de 2023.  
**RSM Brasil Auditores Independentes Sociedade Simples**  
CRC 2SP030002  
**Emerson Fabri**  
Contador CRC 1SP-236.656/O-6



Publicidade Legal - 20 de abril de 2023 - ESTALEIRO ATLÂNTICO  
SUL S A E CONTROLADAS - BALANÇO pdf

Código do documento d8426edf-6d07-40dd-a296-e77e7a80e307



## Assinaturas



EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100  
Certificado Digital  
fabiohenrique@folhape.com.br  
Assinou

## Eventos do documento

### 19 Apr 2023, 17:29:46

Documento d8426edf-6d07-40dd-a296-e77e7a80e307 **criado** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email:fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE\_ATOM: 2023-04-19T17:29:46-03:00

### 19 Apr 2023, 17:29:56

Assinaturas **iniciadas** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email: fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE\_ATOM: 2023-04-19T17:29:56-03:00

### 19 Apr 2023, 17:30:12

**ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL** - EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100 **Assinou** Email: fabiohenrique@folhape.com.br. IP: 177.133.105.50 (177.133.105.50.dynamic.adsl.gvt.net.br porta: 43912). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC SAFEWEB RFB v5,OU=A1,CN=EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100. - DATE\_ATOM: 2023-04-19T17:30:12-03:00

## Hash do documento original

(SHA256):1f2f9519cb2ac9cd191dbdedf7a5c688bcbfec42be9a9cea7ae3f4346653c624

(SHA512):312396c838ccd74b8b5eccd8b08a1b93e02127119b5fef90f356d1c47fac72690b78bdd0dbe8cb8e34fb3d513694c554459dddb7d665aead5475377594036d45

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**